

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.442.889 - AM (2019/0038835-2)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
AGRAVANTE : EDNELSON DUARTE DE SOUZA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

EMENTA

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESTITUIÇÃO DE COISA APREENDIDA. ORIGEM LÍCITA DOS BENS. VERIFICAÇÃO. EXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. EXIGÊNCIA DE REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por **EDNELSON DUARTE DE SOUZA**, contra decisão que inadmitiu o seu recurso especial manejado em face do v. acórdão proferido pelo eg. Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, assim ementado (fls. 47-50):

"PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. FIEL DEPOSITÁRIO. TESE SUSTENTADA APENAS NA FASE RECURSAL. NÃO CONHECIMENTO. PEDIDO DE RESTITUIÇÃO DE BEM APREENDIDO. RELEVÂNCIA PROBATÓRIA DO OBJETO RECLAMADO. PODER INSTRUTÓRIO DO MAGISTRADO. PRINCÍPIO DA BUSCA PELA VERDADE REAL. DECISÃO PAUTADA NAS NORMAS PROCESSUAIS PENAIS. NEGATIVA DE RESTITUIÇÃO DEVIDAMENTE MOTIVADA. RECURSO DE APELAÇÃO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, DESPROVIDO.

1. *In casu, o Apelante formula as seguintes pretensões recursais: a) restituição do bem apreendido; b) determinação para que seja designado fiel depositário do bem.*

2. *Nesse íterim, especificamente quanto à pretensão do Apelante de ser fiel depositário do bem apreendido, verifico que se trata de matéria nova, só arguida em sede de Apelação, não proposta perante a digna Juíza a quo. Portanto, trata-se de inovação recursal, óbice ao conhecimento dessa parcela do inconformismo, sob pena desse Juízo ad quem incorrer em indesejável supressão de instância.*

3. *Desse modo, já que a análise deste pedido resta prejudicada, pela ausência de interesse recursal, não é possível a sua cognição. Nestes termos, o Recurso de Apelação, somente, pode ser conhecido, quanto ao pleito restante.*

4. *Adentrando-se à análise de mérito, o Apelante pretende ver restituída uma motocicleta da marca Suzuki, cor azul, placa PHE-4072, ano 2015, apreendida quando o Recorrente foi preso em flagrante no dia 14 de fevereiro de 2018, nos termos do Auto de Busca e Apreensão dos Autos de n.º 0605946-83.2018.8.04.0001. Na ocasião, foi encontrada com ele 21,8 g (vinte e um gramas e oitenta centigramas) de maconha, conforme Laudo Definitivo nos*

Autos originais.

5. *Constante estabelecem os arts. 118, 120 e 121 do Código de Processo Penal, a restituição de bens apreendidos depende do fato de não interessarem ao processo; de não haver dúvidas quanto ao direito sobre eles reivindicado; e quanto à licitude de sua origem.*

6. *No caso sub judice, encontra-se em andamento o processo principal, pelo que, por segurança, inviável o acatamento do pleito, já que este não se revela o momento oportuno à decisão acerca do destino do veículo apreendido.*

7. *Embora o Apelante sustente a licitude da aquisição do veículo em questão, alegando ser esse de sua propriedade, inclusive, com a apresentação da respectiva documentação, ressalte-se que tal fato, por si só, é incapaz de ensejar a sua restituição, sobretudo porque não há comprovante de compra, de venda e nem qualquer recibo, o que contribui para que haja dúvida razoável sobre a origem lícita do bem. Com bem destacado pela douta Juíza a quo, na Decisão recorrida, "o que se questiona não é a propriedade do veículo e sim sua finalidade."*

8. *Em virtude do Princípio da Busca pela Verdade Real, o ordenamento outorga ao Juiz da instrução penal poderes instrutórios. Nesse sentido, entende-se que está devidamente motivada a Decisão da MM.ª Juíza a quo que, por vislumbrar relevância probatória no bem apreendido, indeferiu o pleito de restituição.*

9. *Relativamente à alegação de que, na Denúncia, não foi mencionada a utilização da motocicleta para o Tráfico de Entorpecentes, entende-se que somente no decorrer da instrução criminal restará demonstrada se este bem provém, ou não, de práticas delituosas.*

10. *Por fim, quanto ao alegado pelo Recorrente de que há considerável possibilidade de sobrevir a desclassificação do delito para o de posse para consumo pessoal, modalidade prevista no art. 28 da Lei n.º 11.343/2006 o que não ensejaria o confisco do bem, embora não se possa afirmar, neste momento, ser inverídica a tese defensiva apresentada, fato é que uma quantidade considerável de substância ilícita fora encontrada com o Apelante - 21,8 g (vinte e um gramas e oitenta centigramas) de maconha -, bem como, a motocicleta apreendida, poderia ser utilizada na prática do crime de Tráfico.*

11. *Portanto, constatada a dúvida acerca da licitude do bem, e considerando que o veículo custodiado ainda pode interessar às investigações, o bem móvel não deve ser restituído, fazendo-se*

necessário, por conseguinte, a análise do mérito do Feito

principal para melhor apurar o liame fático-jurídico entre o veículo em questão e a empreitada criminosa, mantendo-se apreendido o bem reclamado pelo Apelante até que o MM. Juiz da instrução penal não vislumbre mais relevância probatória naquele, ou, até o trânsito em julgado do Processo n.º 0605946-83.2018.8.04.0001, nos termos do que determina o art. 118 do Código de Processo Penal. 12. Apelação Criminal, PARCIALMENTE, CONHECIDA E, NESSA EXTENSÃO, DESPROVIDA."

Consta dos autos que o agravante pleiteou, perante o Juízo de Primeiro Grau a restituição de veículo de marca Suzui, cor azul, placa PHE-4072, ANO DE 2015, CHASSI 9CDNF41ZJFM354868, de sua titularidade, apreendido em 14 de fevereiro de 2018, nos termos do auto de busca e apreensão dos autos n. 0605946-83.2018.8.04.0001, tendo sido o pedido indeferido, diante do fato de que a persecução penal ainda está em curso, incidindo hipótese acobertada pelo normativo do art. 118 do Código de Processo Penal.

Irresignada, a Defesa interpôs apelação, com vistas à reforma da decisão. No eg. Tribunal de origem, o recurso foi conhecido em parte e, na extensão, negado provimento (fls.48-67).

Sobreveio recurso especial, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea **a**, da Constituição Federal, no qual se sustentou violação ao art. 118 do Código de Processo Penal, uma vez que, em síntese, o veículo apreendido não se trata de bem de origem ilícita ou utilizado como instrumento para prática de crime, bem como a motocicleta está devidamente registrada em nome do recorrente, e, mais, que objeto não interessa mais ao processo.

O Tribunal de origem inadmitiu o apelo nobre, com fundamento na **Súmula 7/STJ** (pretensão de reexame de provas).

Nas razões do agravo, postula-se o processamento do recurso especial, haja vista o cumprimento dos requisitos necessários a sua admissão.

Contraminuta de agravo apresentada às fls. 125-128.

O Ministério Público Federal, em seu parecer, manifestou-se **desprovimento do agravo** (fls. 140-142).

É o relatório.

Decido.

Tendo em vista os argumentos expendidos pela parte agravante para refutar os fundamentos da decisão de admissibilidade da origem, **conheço do agravo e passo a examinar o recurso especial.**

No que tange à alegada violação ao art. 118 do Código de Processo Penal, ressalto que é assente na jurisprudência desta Corte Superior que a restituição de bens apreendidos durante a ação penal somente se efetivará após a comprovação da sua origem lícita.

Nesse sentido, confira-se o seguinte precedente:

"PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CRIME DE MOEDA FALSA. VALOR DE R\$ 400,00 APREENDIDOS. RESTITUIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. NÃO COMPROVAÇÃO DE LICITUDE. SÚMULA 83/STJ. INCIDÊNCIA. MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A restituição de coisas apreendidas no curso do processo depende da comprovação de que foram obtidas de forma lícita, o que não ocorreu no caso, porquanto não houve a comprovação da licitude do valor apreendido, conforme assentado no acórdão de Segundo Grau de Jurisdição.

2. Incidência da Sum. 83/STJ.

3. Agravo regimental desprovido." (AgRg no REsp 1517081/CE, Quinta Turma, Rel. Ministro Joel Ilan Paciornik, DJe 02/04/2018)

Assim, para análise da questão, trago à colação os fundamentos utilizados pela eg. Corte **a quo** para manter a recusa de liberação do veículo apreendido (fls. 64-67):

"No caso sub judice, encontra-se em andamento o Processo principal, pelo que, por segurança, inviável o acatamento do pleito, já que este não se revela o momento oportuno à decisão acerca do destino do veículo apreendido.

Embora o Apelante sustente a licitude da aquisição do veículo em questão, alegando ser esse de sua propriedade, inclusive, com a apresentação da respectiva documentação (fl. 10), devo ressaltar que tal fato, por si só, é

incapaz de ensinar sua restituição, sobretudo porque não há comprovante de compra, de venda e nem qualquer recibo, o que contribui para que haja dúvida razoável sobre a origem lícita do bem. Com bem destacado pela douta Juíza a quo, na Decisão recorrida (fl. 20), "o que se questiona não é a propriedade do veículo e sim sua finalidade."

Nesse ponto, destaco que, em virtude do Princípio da Busca pela Verdade Real, o ordenamento pátrio outorgou ao Juiz da instrução penal poderes instrutórios, como leciona a doutrina processualista:

[...]

Portanto, em atenção ao "Princípio da Busca pela Verdade Real", bem como à norma contida no art. 118 do Código de Processo Penal, entendo que está devidamente motivada a Decisão da MM.^a Juíza a quo que, por vislumbrar relevância probatória no bem apreendido, indeferiu o pleito de restituição.

Nesse sentido, destaco entendimento do colendo Superior Tribunal de Justiça, se não, vejamos:

[...]

Relativamente à alegação de que, na Denúncia, não foi mencionada a utilização da motocicleta para o Tráfico de Entorpecentes, entendo que somente no decorrer da instrução criminal restará demonstrada se este bem provém, ou não, de práticas delituosas.

Por fim, quanto ao alegado pelo Recorrente de que há considerável possibilidade de sobrevir a desclassificação do delito para o de posse para consumo pessoal, modalidade prevista no art. 28 da Lei n.º 11.343/2006, o que não ensejaria o confisco do bem, embora não se possa afirmar, neste momento, ser inverídica a tese defensiva apresentada, é fato que uma quantidade considerável de substância ilícita fora encontrada com o Apelante - 21,8 g (vinte e um gramas e oitenta centigramas) de maconha -, bem como, a motocicleta apreendida, poderia ser utilizada na prática do crime de Tráfico.

Portanto, constatada a dúvida acerca da licitude do bem, e considerando que o veículo custodiado ainda pode interessar às investigações, o bem móvel não deve ser restituído, fazendo-se necessário, por conseguinte, a análise do mérito do Feito principal para melhor apurar o liame fático-jurídico entre o veículo em questão e a empreitada criminoso, mantendo-se apreendido o bem reclamado pelo Apelante até que o MM. Juiz da instrução penal não vislumbre mais relevância probatória nos mesmos, ou, até o trânsito em julgado do Processo n.º 0605946-83.2018.8.04.0001, nos termos do que determina o art. 118 do Código de Processo Penal."

Na espécie, o eg. Tribunal de origem, ao apreciar os fatos e as provas dos autos, constatou dúvida acerca da licitude do bem origem lícita do bem apreendido e asseverou haver interesse na manutenção da custódia para as

investigações.

Desta feita, entender de modo contrário ao estabelecido pelo Tribunal **a quo** - e determinar a restituição do bem ao recorrente -, como pretende a Defesa, demandaria o revolvimento, no presente recurso, do material fático-probatório dos autos, inviável nesta instância.

Ora, está assentado nesta Corte que as premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias não podem ser modificadas no âmbito do apelo extremo, nos termos da **Súmula n. 7/STJ**, segundo a qual "*a pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial*".

A propósito:

"PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. OPERAÇÃO CURAÇÃO. RESTITUIÇÃO DE VALORES APREENDIDOS. ORIGEM LÍCITA DOS BENS. VERIFICAÇÃO. EXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

Tendo o eg. Tribunal Regional Federal, ao apreciar os fatos e as provas dos autos, concluído que não restou comprovada a origem lícita dos valores apreendidos, não há como modificar tal entendimento, em sede de recurso especial, sem alterar as premissas fáticas estabelecidas pela col. Corte de origem, a teor do enunciado n. 7 da Súmula desta Corte.

Agravo regimental desprovido." (AgRg no REsp 1389637/PR, **Quinta Turma, minha relatoria**, DJe 16/04/2018)

"REGIMENTAL. AGRAVO NO RECURSO ESPECIAL. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. APREENSÃO DE DINHEIRO. RESTITUIÇÃO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA ORIGEM LÍCITA DA QUANTIA. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. ÓBICE DA SÚMULA N. 7/STJ. RECURSO IMPROVIDO.

1. É assente na jurisprudência desta Corte Superior que a restituição de bens apreendidos durante a ação penal somente se efetivará após a comprovação da sua origem lícita.

2. O Tribunal a quo, apreciando os elementos dos autos, indeferiu o pedido de restituição do bem apreendido por entender não se ter comprovada a sua proveniência e, para se chegar a conclusão em sentido diverso, como pretendido na insurgência, seria necessário uma a incursão sobre as provas produzidas, o que é vedado na via eleita, pelo Enunciado n. 7 da Súmula deste Corte.

3. *Agravo a que se nega provimento.*" (AgRg no AREsp 1081863/SP, **Quinta Turma**, Rel. Ministro **Jorge Mussi**, DJe 30/05/2018)

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESTITUIÇÃO DE BENS APREENDIDOS. 1) VIOLAÇÃO AO ART. 654, § 2º, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - CPP. EXCESSO DE PRAZO. DESCABIMENTO DE HABEAS CORPUS PARA RESTITUIÇÃO DE BENS APREENDIDOS. 2) RESTITUIÇÃO DE BENS APREENDIDOS. ÓBICE DO REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO, CONFORME SÚMULA 7 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ. 3) VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 619 E 620 DO CPP. OMISSÃO NA ANÁLISE DE DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA DE COMPATIBILIDADE ENTRE O RENDIMENTO AUFERIDO E OS BENS APREENDIDOS. INOCORRÊNCIA. JULGADOR QUE NÃO ESTÁ OBRIGADO A REFUTAR TODAS AS TESES DEFENSIVAS. 4) VIOLAÇÃO AO ART. 131, I, DO CPP. INOCORRÊNCIA. LEVANTAMENTO DA CONSTRIÇÃO QUE ESBARRA NO ART. 91, II, B, DO CÓDIGO PENAL - CP. 5) AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. 5.1) VIOLAÇÃO AO ART. 125 DO CPP. CONSTRIÇÃO MANTIDA NOS TERMOS DO ART. 118 DO CPP. 5.2) VIOLAÇÃO AO ART. 156 DO CPP. ÔNUS DA ACUSAÇÃO DE DEMONSTRAR ORIGEM ILÍCITA DOS BENS OU SUA LIGAÇÃO COM OS CRIMES COMETIDOS. 6) AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Não cabe a concessão de habeas corpus para restituição de bens apreendidos porque o writ visa proteger o direito de liberdade de locomoção. Precedentes.

2. In casu, para se concluir que os bens deveriam ser devolvidos à agravante seria necessário o revolvimento fático-probatório, vedado conforme Súmula 7/STJ, porquanto o Tribunal de origem, com base na prova dos autos, sequer reconheceu a condição de proprietário, terceiro de boa-fé.

[...]

6. *Agravo regimental desprovido.*" (AgRg no AREsp 1082970/GO, **Quinta Turma**, Rel. Ministro **Joel Ilan Paciornik**, DJe 08/10/2018)

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL PENAL. RESTITUIÇÃO DE BENS APREENDIDOS. POSSIBILIDADE. COMPROVAÇÃO DA ORIGEM LÍCITA. MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 7/STJ.

1. O Tribunal de origem entendeu que ficou comprovada a falta de interesse dos bens apreendidos para o

processo, bem como que a agravada conseguiu demonstrar a origem lícita e a propriedade dos referidos bens.

2. No caso, para que fosse possível a análise das pretensões recursais, seria imprescindível o reexame das provas constantes dos autos, o que é vedado em recurso especial, ante o que preceitua a Súmula 7/STJ.

3. Agravo regimental a que se nega provimento."
(AgRg no AREsp 964.215/PA, **Sexta Turma**, Rel. Ministro **Antonio Saldanha Palheiro**, DJe 23/03/2017)

Ante o exposto, com fulcro no art. 253, parágrafo único, inciso II, alínea **a**, do Regimento Interno do STJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

P. e I.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

Ministro Felix Fischer

Relator